

---

## **APRESENTAÇÃO**

Decorridos pouco mais de treze anos da criação do Mercosul, período de tempo em que os Estados Membros mostraram maior determinação nas transações comerciais do que num amplo projeto de integração regional, ainda que restrito apenas ao território do Cone Sul, chegou o tempo de se aprofundar o trabalho parlamentar solidário que, sem sombra de dúvida, agilizará a ampliação, o fortalecimento e a consolidação de tão importante e fundamental projeto de integração sul-americana.

A presente coletânea de documentos relaciona e apresenta à opinião pública o quanto já se produziu por meio do braço parlamentar do Mercosul, a Comissão Parlamentar Conjunta, em matéria de propostas e instrumentos legislativos destinados a promover, de forma correta, a recepção e internalização de normas pelos ordenamentos jurídicos dos Países Membros do bloco mercosulino.

Dentre os instrumentos políticos propostos, embora ainda na fase inicial de implementação, Acordo Interinstitucional assinado entre o Conselho do Mercado Comum e a Comissão Parlamentar Conjunta, cria mecanismo de consulta que insere o Legislativo no processo negociador. O Acordo reveste-se de aspecto inovador do relacionamento entre os Poderes Executivo e Legislativo, ao mesmo tempo em que assegura maior segurança jurídica às normas internalizadas, graças ao aval que lhes repassa o trabalho parlamentar no próprio processo de sua discussão.

No entanto, ainda que se possa apontar significativos avanços no processo de construção do Mercosul, em pouco mais de uma década, como já ressaltado, numa análise mais aprofundada do desempenho do bloco, pode-se afirmar que não mais será possível continuar apelando para decisões circunstanciais do tipo via rápida, tais como expandir-se sem discutir o aprofundamento do grande acordo mercosulino, ou a internalização das normas e mesmo a garantia do cumprimento das decisões, em especial no campo comercial, no apropriado cenário parlamentar.

Em ondas que se repetem, o Mercosul enfrenta dificuldades estruturais, deflagradas por repetidas crises domésticas geradas no seio das sociedades que conformam o bloco, e que se desvelam sob diferentes formatos, ora apresentando-se

como crises de resultados, outras vezes de compromissos e até constantemente revestidas da ausência de expectativas políticas de curto, médio ou longo prazos.

Do ponto de vista técnico, três deficiências marcam a trajetória do Mercosul como projeto essencialmente governamental – não apenas no que se refere à participação efetiva das populações no seu processo de construção, mas também pela própria definição do processo decisório em si, que exige o consenso, que vem se mostrando difícil de conseguir entre os quatro países membros, o que torna o bloco naturalmente mais vulnerável às referidas crises domésticas.

Nesse sentido, do elenco de deficiências acima referidas, destaca-se, em primeiro lugar, a efetividade dos acordos assinados; em segundo lugar, a falta de eficácia no que tange à implementação desses acordos, ou a incapacidade do bloco, por falta de regras legislativas específicas, de responder às demandas e às dificuldades da relação entre os países. Por último, o baixo grau de compromisso com a integração que, em certos momentos, enfrenta o predomínio de decisões setoriais isoladas que geram a crise.

Portanto, a criação do Parlamento do Mercosul, necessária caixa de ressonância das demandas das Populações da região, ensejará discussões e debates parlamentares que construirão a transparência e a legitimidade democrática destinadas a sedimentar as relações de confiança fundamentais no processo de consolidação do Mercado Comum do Sul, não apenas entre governos, mas com a própria sociedade em geral, e até mesmo perante a comunidade internacional.

Em conclusão, ressalto que a presente publicação tem como um dos seus objetivos tornar pública toda a documentação relativa aos esforços da Comissão Parlamentar Conjunta, no sentido da criação do Parlamento do Mercosul, ao longo da última década, processo esse impulsionado especialmente nos últimos dois anos, com vistas a fortalecer o Mercosul, finalmente consolidado pela construção de um Parlamento solidário, cidadão, voltado para o atendimento às demandas e aos interesses das sociedades que compõem o bloco.

Enfim, por último e não menos importante, um Parlamento do Mercosul capaz de refletir sobre o futuro da América do Sul e apontar-lhe democráticas alternativas de solução para resolver seus seculares problemas de desenvolvimento social e econômico.

Deputado Dr. Rosinha  
Presidente *pro tempore*  
Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul